

HS Financeira S.A. -  
Crédito,  
Financiamento e  
Investimentos

**Demonstrações financeiras  
Conglomerado Prudencial para o  
semestre findo  
em 30 de junho de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar  
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil  
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.  
Diretores  
HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos  
Dois Irmãos - RS

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e por regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritas na Nota Explicativa nº 2.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela Administração da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado Prudencial. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração e a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalvas.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Ênfase**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Financeira para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



## **Outros assuntos**

### **Valores correspondentes**

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2015 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de novembro de 2016, com modificação.

Porto Alegre, 30 de dezembro de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Wladimir Omiechuk  
Contador CRC RS-041241/O-2

## HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

### Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
<b>Ativo circulante</b>		<b>252.645</b>	<b>211.040</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>70.613</b>	<b>45.839</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>3.899</b>	<b>4.674</b>	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	9	<b>19.007</b>	<b>10.202</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	4	<b>68.338</b>	<b>60.230</b>	Recursos de aceites cambiais		19.007	10.202
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	5	<b>5.215</b>	<b>11.089</b>				
<b>Operações de crédito</b>	6	<b>95.516</b>	<b>100.027</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>51.606</b>	<b>35.637</b>
Operações de crédito setor privado		108.364	111.481	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		83	91
Provisão p/ oper. créd. liquid. duvidosa		(12.848)	(11.454)	Sociais e estatutárias		10.450	7.329
				Fiscais e previdenciárias		2.198	2.036
<b>Outros créditos</b>		<b>79.522</b>	<b>35.018</b>	Diversas	10	38.875	26.181
Adiantamentos diversos		1.363	1.036	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>60.272</b>	<b>58.537</b>
Devedores p/ depósito garantia		47	13	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	9	<b>57.735</b>	<b>56.329</b>
Impostos e contr. a compensar	7	1.002	582	Recursos de aceites cambiais		57.735	56.329
Títulos e créditos a receber	6	33.154	21.076				
Devedores diversos		47.539	13.717	<b>Outras obrigações</b>			
Provisão p/ outros créditos	6	(3.583)	(1.406)	Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	2.537	2.208
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>155</b>	<b>2</b>	<b>Participação de não controladores</b>		<b>60.501</b>	<b>47.593</b>
Despesas antecipadas		155	2	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>68.056</b>	<b>64.992</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>6.111</b>	<b>5.416</b>	<b>Capital social</b>	14	<b>35.000</b>	<b>35.000</b>
<b>Operações de crédito</b>	6	<b>2.323</b>	<b>2.457</b>	De domiciliados no País		35.000	35.000
Operações de crédito setor privado		2.587	2.495	<b>Reservas de lucros</b>		<b>33.056</b>	<b>29.992</b>
Provisão p/ oper. créd. liquid. duvidosa		(264)	(38)	Reserva legal		2.838	2.574
<b>Outros créditos</b>	6	<b>1.251</b>	<b>751</b>	Reservas estatutárias		30.218	27.418
Títulos e créditos a receber		1.276	755				
Provisão para outros créditos		(25)	(4)				
<b>Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)</b>	8	<b>2.537</b>	<b>2.208</b>				
<b>Permanente</b>		<b>686</b>	<b>505</b>				
<b>Investimentos</b>		<b>4</b>	<b>4</b>				
Outros investimentos		4	4				
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>658</b>	<b>479</b>				
Imobilizações de uso		1.129	855				
(Depreciações acumuladas)		(471)	(376)				
<b>Intangível</b>		<b>24</b>	<b>22</b>				
Intangível		40	29				
Amortização acumulada		(16)	(7)				
<b>Total do ativo</b>		<b>259.442</b>	<b>216.961</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>259.442</b>	<b>216.961</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

## Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por quota)

	Notas	2016	2015
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>30.158</b>	<b>28.350</b>
Operações de crédito	15	25.671	25.120
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez		4.321	2.676
Resultado das operações com títulos e valores mobiliários		166	554
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(16.403)</b>	<b>(12.523)</b>
Operações de captação no mercado		(5.394)	(3.794)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(11.009)	(8.729)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>13.755</b>	<b>15.827</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>1.205</b>	<b>926</b>
Rendas de prestação de serviços	16	1.287	926
Rendas e taxas administrativas de consórcios		33.817	24.524
Despesas de pessoal		(7.239)	(6.275)
Outras despesas administrativas	17	(10.091)	(8.591)
Despesas tributárias		(5.224)	(3.920)
Despesas deprec./amortização		(86)	(63)
Outras receitas/(despesas) operacionais	18	(11.259)	(5.675)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>14.960</b>	<b>16.753</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(5.470)</b>	<b>(5.146)</b>
Provisão para imposto de renda		(3.583)	(3.541)
Provisão para contribuição social		(1.887)	(1.605)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>9.490</b>	<b>11.607</b>
<b>Juros sobre capital próprio</b>		<b>(1.616)</b>	<b>(1.703)</b>
<b>Quantidade de quotas do capital (em milhares)</b>	<b>12</b>	<b>35.000</b>	<b>35.000</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>0,27</b>	<b>0,33</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva estatutária				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>35.000</b>	<b>2.574</b>	<b>23.391</b>	-	<b>60.965</b>	<b>49.278</b>	<b>110.243</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	5.731	5.731	5.876	11.607
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.703)	(1.703)	-	(1.703)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(7.560)	(7.560)
Reserva estatutária	-	-	4.028	(4.028)	-	-	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2015</b>	<b>35.000</b>	<b>2.574</b>	<b>27.419</b>	-	<b>64.993</b>	<b>47.594</b>	<b>112.587</b>
<b>Mutações do período</b>	-	-	4.028	-	4.028	(1.684)	2.344
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>35.000</b>	<b>2.838</b>	<b>28.407</b>	-	<b>66.245</b>	<b>54.439</b>	<b>120.684</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	3.427	3.427	6.063	9.490
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.616)	(1.616)	-	(1.616)
Reserva de lucros	-	171	-	(171)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	1.640	(1.640)	-	-	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<b>35.000</b>	<b>3.009</b>	<b>30.047</b>	-	<b>68.056</b>	<b>60.502</b>	<b>128.558</b>
<b>Mutações do período</b>	-	171	1.640	-	1.811	6.064	7.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>9.490</b>	<b>11.607</b>
Ajustes ao lucro líquido		
Juros sobre capital próprio	(1.617)	(1.703)
Depreciação e amortização	69	41
Despesas para crédito de liquidação duvidosa	(33)	(1.974)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>7.909</b>	<b>7.971</b>
<b>Variações de direitos e obrigações</b>	<b>4.152</b>	<b>26.924</b>
Redução em operações de créditos	4.999	22.058
Redução em despesas antecipadas	1.432	2
Aumento em outros créditos	(73)	(24)
Aumento em recursos e aceites cambiais	6.567	13.693
Redução em outras obrigações	(3.108)	(4.219)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.665)	(4.586)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>12.061</b>	<b>34.895</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição do ativo permanente	(271)	(40)
Baixas de ativo permanente	22	10
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>(249)</b>	<b>(30)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de dividendos	-	(7.560)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(7.560)</b>
<b>Aumento líquido nas disponibilidades</b>	<b>11.812</b>	<b>27.305</b>
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	65.641	48.688
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	77.453	75.993
<b>Aumento líquido nas disponibilidades</b>	<b>11.812</b>	<b>27.305</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações foram elaboradas em conformidade com a Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, a qual dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ao Banco Central do Brasil e revoga a Resolução nº 4.195, de 1º de março de 2013. Foram consolidadas as empresas HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e a HS Administradora de Consócio Ltda.

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, desta forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a Financeira, como entidade controladora, consolidou suas demonstrações financeiras com a HS Administradora de Consórcios Ltda., somando os saldos de itens de mesma natureza e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Em 29 de agosto de 2016, a Administração aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data.

### 3 Descrição das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

#### a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

#### b. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

#### (i) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários.
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**c. Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificadas, observando que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de risco nível "H". A reclassificação de uma categoria maior para uma categoria de menor risco deverá obedecer ao critério reverso gradativamente, de acordo com as amortizações das novas parcelas pactuadas.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**d. Ativos circulantes e realizáveis em longo prazo**

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos.

**e. Ativo permanente**

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens.

**f. Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

**g. Provisão para o imposto de renda e a contribuição social**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

**(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente:

- De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos sobre o fundamento jurídico da causa, da viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da Financeira. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

**h. Apuração dos resultados**

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

**i. Estimativas**

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e daquelas premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

#### 4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez:

Instituição	Vencimento	2016	2015
<b>Operações compromissadas/posição bancada</b>			
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	Até 30 dias	68.338	60.230
	<b>Total</b>	<b>68.338</b>	<b>60.230</b>

As aplicações interfinanceiras de liquidez são mantidas até o vencimento.

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### 5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Administradora

As aplicações estão assim demonstradas:

##### a. Títulos e Valores Mobiliários

				30/jun/16	30/jun/15		
	Sem vencimento	A vencer até 3 meses	A vencer entre 3 e 12 meses	Valores de mercado/contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/contábil (i)	Marcação a mercado
Administradora							
Títulos para negociação							
Fundos de investimento	2.639			2.639	2.639	9.385	9.385
Certificado de Depósito Bancário (CDB Pós-fixado)		1.107	1.469	2.576	2.576	1.704	1.704
Total	2.639	1.107	1.469	5.215	5.215	11.089	11.089

(i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

As aplicações em quotas de fundos de investimento estão valorizadas pelo valor da quota divulgado pelo administrador do respectivo fundo na data do balanço.

#### 6 Operações de crédito

A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

**a. Composição das operações de crédito por modalidade**

	2016	2015
<i>Operações de crédito</i>		
Empréstimos	40.557	45.755
Antecipação de recebíveis	5.360	4.132
Financiamentos	65.033	64.090
Outros créditos com características de concessão de crédito	34.431	21.830
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Créditos	(13.112)	(11.492)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos	(3.608)	(1.410)
Total	128.661	122.905

**b. Concentração dos maiores tomadores de crédito**

	Concentração das operações de crédito			
	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	7.971	5,48	4.251	3,13
50 seguintes maiores devedores	3.131	2,15	2.624	1,93
100 seguintes maiores devedores	1.328	0,91	1.321	0,97
Demais devedores	132.951	91,46	127.611	93,97
Total	145.381	100,00	135.807	100,00

**c. Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento**

**Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento**

Vencimento	Títulos				2016	2015
	Empréstimos	descontados	Financiamentos	Outros		
<i>Carteira de crédito</i>						
Vencidos	10.082	408	6.249	4.703	21.442	18.280
A vencer						
Até 3 meses	17.269	4.216	34.017	15.852	71.354	72.542
De 3 a 12 meses	11.249	653	24.218	12.598	48.718	42.490
De 1 a 3 anos	1.776	83	499	1.278	3.636	2.407
Após 3 anos	181	-	50	-	231	88
Total da carteira	40.557	5.360	65.033	34.431	145.381	135.807
Circulante	38.601	5.278	64.484	33.155	141.518	132.557
Realizável a longo prazo	1.956	82	549	1.276	3.863	3.250

**d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuída nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do Bacen.

Níveis	2016			2015			Provisão para operações de crédito
	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito	Níveis	Pessoa jurídica	Pessoa física	
AA	-	-	0	AA	-	-	-
A	213	105.189	527	A	1.968	102.518	522
B	792	8.127	89	B	886	7.634	85
C	3.863	4.932	264	C	1.132	3.932	152
D	-	3.219	322	D	93	2.585	268
E	-	2.441	732	E	-	2.130	639
F	-	2.430	1.215	F	-	2.111	1.056
G	-	2.015	1.410	G	-	2.121	1.485
H	492	11.668	12.161	H	53	8.644	8.695
<b>Total</b>	<b>5.360</b>	<b>140.021</b>	<b>16.720</b>	<b>Total</b>	<b>4.132</b>	<b>131.675</b>	<b>12.902</b>

**e. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa**

	2016	2015
Saldo inicial	16.588	13.830
Baixas por perdas	(10.878)	(9.656)
Constituição/reversão	11.009	8.728
<b>Saldo final</b>	<b>16.719</b>	<b>12.902</b>

No semestre findo em 30 de junho de 2016, as recuperações de créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 1.747 (R\$ 1.624 em 30 de junho de 2015) foram registradas como “Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo”.

**7 Impostos e contribuições a compensar**

Composição dos impostos e das contribuições a compensar:

Tributo	2016	2015
IRPJ a compensar	287	248
CSLL a compensar	316	48
PIS a compensar	2	2
COFINS a compensar	245	284
Outros	152	-
<b>Total</b>	<b>1.002</b>	<b>582</b>

**8. Recursos pendentes de recebimento - Administradora**

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes do encerramento contábil dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, e as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de Obrigações por recursos de consorciados - Grupos encerrados.

## 9. Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 102% a 115% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
A vencer até 3 meses	5.687	1.551
A vencer de 3 a 12 meses	13.320	8.651
A vencer de 1 a 3 anos	57.735	56.329
<b>Total</b>	<b>76.742</b>	<b>66.531</b>
Circulante	19.007	10.202
Exigível a longo prazo	57.735	56.329
<b>Total</b>	<b>76.742</b>	<b>66.531</b>

## 10 Outras obrigações diversas

Composição da conta:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Diversas</b>		
Sociedades ligadas e coligadas (a)	20.356	10.194
Credores diversos - País (a)	13.297	13.575
Provisão para passivos contingentes (b) (Nota 11)	794	698
Fornecedores diversos	837	601
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	3.591	1.113
<b>Total</b>	<b>38.875</b>	<b>26.181</b>

- (a) Referem-se a valores a repassar para lojistas, seguradoras, tomadores de empréstimos e financiamentos.
- (b) Os valores de provisão para passivos contingentes referem-se às provisões para Processos Trabalhistas e Processos Judiciais.
- (c) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar referem-se a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro, gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.

## 11 Contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu-se uma provisão para contingência para a data-base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável. Em 30 de junho de 2016, o valor das ações de probabilidade possível soma R\$ 125.



Em 30 de junho, as ações judiciais com perda provável atualizadas montam os valores de:

<b>Natureza</b>	<b>Provável</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Trabalhista (*)	223	304
Tributário	571	394
<b>Total</b>	<b>794</b>	<b>698</b>

(\*) A Administradora figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível, para as quais, de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada desses processos, não mais figurando como requerida destes.

### ***Movimentação da provisão para passivo contingente***

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo inicial	698	569
Constituição (reversão) de provisão	96	129
<b>Saldo final</b>	<b>794</b>	<b>698</b>

## **12 Juros sobre o capital próprio**

No exercício findo em 30 de junho de 2016, foram registrados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.616 mil, obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal.

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração do resultado da linha de outras despesas operacionais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na demonstração do patrimônio líquido, conforme determina a Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil.

O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, tendo como benefício tributário, oriundo dessa dedução, o valor aproximado de R\$ 485 mil.

## **13 Saldos e transações com partes relacionadas**

A seguir, apresentamos um sumário das transações com partes relacionadas:

	<b>Ativos/Passivos</b>		<b>Receitas/(Despesas)</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Depósitos a prazo</b>				
HS Corretora de Seguros	4.514	3.962	(302)	(177)
Ligadas Pessoas Físicas	12.746	12.573	(844)	(526)
<b>Devedores diversos</b>				
Global Distr. Bens de Consumo Ltda.	1.410	2.079	25.671	24.456
<b>Credores diversos</b>				
Global Distr. Bens de Consumo Ltda.	20.356	10.194	(4.248)	(3.324)
<b>Sociais e estatutárias</b>				
Ligadas pessoas físicas	10.389	7.268	(1.616)	(1.703)
<b>Operações de empréstimos mútuos</b>				
Global Distr. Bens de Consumo Ltda.	26.871	5.614	1.729	196
Herval Indústria de Móveis	18.738	5.688	890	182
<b>Outros valores</b>				
Global Distr. Bens de Consumo Ltda.	218	192	-	-

### **Remuneração dos administradores**

No semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015, os benefícios proporcionados pelas empresas que compõem o Conglomerado Prudencial na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostas:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Remuneração	174	169
Encargos sociais	<u>38</u>	<u>31</u>
Total	<u>212</u>	<u>200</u>

## **14 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

O capital da Financeira é de R\$ 35.000, composto por 35.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

## **15 Receita de operações de crédito**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Rendas de empréstimos no cartão de crédito	7.369	5.491
Receita de empréstimos	4.677	5.745
Rendas de título descontados	792	664
Rendas de financiamento	<u>12.833</u>	<u>13.220</u>
Total	<u>25.671</u>	<u>25.120</u>

## **16 Receita de prestação de serviços**

Refere-se, basicamente, a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista, operações com cartão de crédito e tarifas de transferências financeiras conforme composição abaixo:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita de Comissão Tráfego Rede Externa	350	343
Receita de Comissão Seguros	128	104
Receita de Comissão Intermediação Cartão Assistência	104	130
Tarifa de Transferência Financeira	91	50
Receita de Comissão Intermediação Cartão HS Card	377	50
Rendas de outros serviços	<u>237</u>	<u>249</u>
Total	<u><b>1.287</b></u>	<u><b>926</b></u>

## 17 Outras despesas administrativas

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesas de água, energia e gás	17	-
Despesas com aluguéis	204	205
Despesa de comunicações	846	768
Despesa de contribuições filantrópicas	1	1
Despesa de manutenção e conservação de bens	1	-
Despesa de material	35	82
Despesa de treinamento	-	45
Despesa de processamento de dados	2.109	1.418
Despesa com confraternização	-	4
Despesa de propaganda	987	775
Despesa de publicação	20	19
Despesa de seguros	1	-
Despesa de serviços do sistema financeiro	920	725
Despesa de serviços de terceiros	863	1.317
Despesa de serviços técnicos especializados	213	127
Despesa de transportes	146	105
Despesa de viagem no país	12	11
Despesa de cobrança	1.079	807
Outras despesas administrativas	2.637	2.182
	<hr/>	<hr/>
Total	<b>10.091</b>	<b>8.591</b>
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

## 18 Outras receitas e despesas operacionais

Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	1.747	1.624
Outras rendas operacionais	2.812	832
Outras receitas operacionais	107	27
Comissões pagas a terceiros	(15.325)	(7.835)
Outras despesas operacionais	(600)	(323)
Total	<b>(11.259)</b>	<b>(5.675)</b>

## 19 Limite operacional (Acordo Basileia)

Em 30 de junho de 2016, o Conglomerado Prudencial encontra-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 21,36%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 9,875% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen, conforme Resolução nº 2.697/99.

## 20 Gerenciamento do risco

Os acionistas e os administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter o melhor da Diretoria de Riscos, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios.

Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta *performance* operacional do gerenciamento de riscos, a HS Financeira S.A. - CFI, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos,

permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

- **I - Risco de crédito** - As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a Financeira de perdas decorrentes de operações de crédito, a HS Financeira constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e a condição de atraso da operação.
- **II - Risco de liquidez** - A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da HS Financeira estejam continuamente avaliados e estabelece parâmetros mínimos de caixa a ser observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. Até o momento, a Financeira vem utilizando captação dentro do próprio grupo econômico, mitigando ainda mais esse risco de liquidez, visto que o grupo possui recursos próprios para financiar as operações da Financeira.
- **III - Risco de mercado** - A HS Financeira emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e as correlações que venham a impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Nesta linha, a Financeira nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral.
- **IV - Risco operacional** - A HS Financeira adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e da revisão dos riscos e do monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos e a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio.

Dois Irmãos, 29 de agosto de 2016

---

José Agnelo Seger  
Presidente  
CPF: 138.285.250-91

---

Jerri Eduardo Luft  
Contador - CRC/RS 79.444  
CPF: 000.218.640-39